

Ação cautelar. Deferimento. Efeito suspensivo. Recurso especial. Acórdão regional. Entrevistas. Candidatos. Pleito.

1. Nos termos do art. 46 da Lei nº 9.504/97, as emissoras de rádio e televisão, caso optem por realizar debates entre postulantes a cargos eletivos, estão obrigadas a convidar os candidatos cujos partidos tenham representação na Câmara dos Deputados, sendo-lhes facultado convidar os que não se enquadrem nessa situação.

2. Com relação às entrevistas, não há previsão legal de que devem ser obedecidas as mesmas regras e condições instituídas a todos os candidatos da disputa eleitoral.

3. Em decisões monocráticas proferidas nesta Corte Superior (Agravo de Instrumento nº 3.777, rel. Min. Sepúlveda Pertence; Medida Cautelar nº 1.066, rel. Min. Fernando Neves), entendeu-se que não cabe à Justiça Eleitoral impor às emissoras de televisão, ou a qualquer outro veículo de comunicação, a obrigação de entrevistar esta ou aquela pessoa.

4. A possibilidade de tratamento diferenciado para candidatos que se encontram em situações distintas está prevista na própria lei eleitoral, como, por exemplo, na distribuição dos tempos reservados para a propaganda eleitoral gratuita.

Agravo regimental a que se nega provimento.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Sr. Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes os Srs. Ministros Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Francisco Xavier, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Ausentes, ocasionalmente, os Ministros Carlos Ayres Britto e Joaquim Barbosa.

Brasília, 18 de setembro de 2008.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 9.168 – CLASSE 6ª – BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS.

Relator: Ministro Joaquim Barbosa.

Agravante: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – Estadual.

Advogados: Carlos Augusto Gontijo e outros.

Ementa:

Agravo regimental no agravo de instrumento. Comitê financeiro de partido político. Prestação de contas relativas às eleições de 2006. Matéria administrativa. Inviabilidade de recurso especial. Precedentes. Decisão agravada. Ausência de fundamentação. Alegação improcedente. Agravo regimental a que se nega provimento.

1. À luz da jurisprudência do TSE, o recurso especial não é via adequada para discutir eventual nulidade ou erro em decisão administrativa que desaprovou prestação de contas de partido.

2. A fundamentação concisa das decisões judiciais, desde que indicados os motivos de convencimento do magistrado, não ofende o art. 93, IX, da Constituição Federal.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Presentes os Srs. Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Francisco Xavier, Vice-Procurador-Geral Eleitoral. Ausentes, ocasionalmente, os Ministros Carlos Ayres Britto e Eros Grau.

Brasília, 16 de setembro de 2008.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 27.701 – CLASSE 22ª – PARNAMIRIM – RIO GRANDE DO NORTE.

Relator: Ministro Caputo Bastos.

Agravante: Ministério Público Eleitoral.

Agravados: Rogério Simonetti Marinho e outro.

Advogado: Djamiro Acipreste.

Ementa:

Representação. Propaganda eleitoral irregular. Banners. Afixação. Caminhão. Decisão regional. Procedência. Recursos especiais. Ilícito. Não-configuração. Outdoor. Precedente.

1. No julgamento do Recurso Especial nº 28.450 – que versava sobre propaganda mediante pintura em muro – o Tribunal con-

cluiu que a matéria – ao menos no que respeita às eleições de 2006 – não havia sido regulamentada, razão pela qual não poderia ser aplicado o entendimento da Consulta nº 1.274, relator Ministro Carlos Ayres Britto, que tratou do tema alusivo à propaganda eleitoral mediante placas.

2. Em face dessa orientação e conforme já decidido pelo Tribunal (Recurso Especial nº 27.690, de minha relatoria), não há como entender configurada a propaganda eleitoral irregular, mediante *outdoor*, no que tange a *banners* afixados em caminhão.

Agravo regimental a que se nega provimento.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, em desprover o agravo regimental, nos termos das notas taquigráficas.

Presidência do Sr. Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes a Sra. Ministra Cármen Lúcia, os Srs. Ministros Ricardo Lewandowski, Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro e o Dr. Francisco Xavier, Vice-Procurador-Geral Eleitoral.

Brasília, 10 de setembro de 2008.

Resolução**PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 454/2008.****RESOLUÇÃO****22.945 – INSTRUÇÃO Nº 121 – CLASSE 12ª – BRASÍLIA – DISTRICTO FEDERAL.**

Relator: Ministro Carlos Ayres Britto.

Ementa:

Altera a Resolução nº 22.718/2008, que dispõe sobre a propaganda eleitoral e as condutas vedadas aos agentes públicos em campanha (eleições de 2008).

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o artigo 23, inciso IX, do Código Eleitoral, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do § 5º do art. 23 da Resolução nº 22.718/2008, que passa a ser a seguinte:

Art. 23. [...]

[...]

§ 5º O debate não poderá ultrapassar o horário local de meio-noite dos dias 2 de outubro de 2008, primeiro turno, e 24 de outubro de 2008, no caso de segundo turno (Resolução nº 22.452, de 17.10.2006).

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de setembro de 2008.

CARLOS AYRES BRITTO – PRESIDENTE E RELATOR. JOAQUIM BARBOSA. FELIX FISCHER. FERNANDO GONÇALVES. CAPUTO BASTOS. MARCELO RIBEIRO.

PUBLICAÇÃO DE DECISÕES Nº 453/2008.**RESOLUÇÃO****22.943 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.060 – CLASSE 26ª – BELÉM – PARÁ.**

Relator: Ministro Felix Fischer.

Interessado: Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Ementa:

PROCESSO DE VOTAÇÃO. IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR. POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO FRAUDULENTA DE TÍTULOS ELEITORAIS. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DA LISURA E LEGITIMIDADE DA VOTAÇÃO. AMPLA DIVULGAÇÃO. DEFERIMENTO.

Ante a existência de circunstâncias direcionadas à adoção de práticas fraudulentas para o uso de títulos eleitorais por pessoas que não

seus legítimos detentores, fatos que poderão comprometer a regularidade do processo de votação e o resultado das eleições no município, determina-se seja exigida, antes da admissão do eleitor ao exercício do voto, apresentação, além do título, quando dele dispuser, de documento oficial com fotografia que comprove sua identidade.

Medida cuja divulgação incumbirá ao juízo da zona eleitoral com jurisdição sobre o município, a ser promovida da forma mais ampla possível, de modo a não causar prejuízo ao regular exercício do voto.

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, aprovar a exigência de apresentação, além do título eleitoral, de documento oficial que comprove a identidade do eleitor dos Municípios de Viseu/PA e Cachoeira do Piriá/PA, antes de ser admitido ao exercício do sufrágio, nos termos do voto do relator.

Presidência do Sr. Ministro Joaquim Barbosa. Presentes os Srs. Ministros Eros Grau, Ricardo Lewandowski, Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Marcelo Ribeiro, Arnaldo Versiani e o Dr. Antonio Fernando de Souza, Procurador-Geral Eleitoral. Brasília, 23 de setembro de 2008.

22.947 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20.077 – CLASSE 26ª – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL.

Relator: Ministro Carlos Ayres Britto.

Interessado: Tribunal Superior Eleitoral.

Ementa:

Altera a Resolução nº 22.712, de 28 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização dos resultados e a justificativa eleitoral.

O Tribunal Superior Eleitoral, usando das atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 23 do Código Eleitoral, resolve:

Art. 1º Acrescentar ao art. 52 da Resolução nº 22.712, de 28 de fevereiro de 2008, os incisos IX, X e XI, com a seguinte redação:

Art. 52. [...]

[...]

IX - para cumprimento do disposto no inciso VIII, os tribunais regionais eleitorais deverão exigir que celulares, máquinas fotográficas, filmadoras e congêneres sejam depositados em bandejas ou guarda-volumes antes da votação;

X - nas seções eleitorais onde houver indícios de coação aos eleitores, poderão ser utilizados detectores portáteis de metal para impedir o uso de equipamentos eletrônicos na cabina de votação;

XI - os custos operacionais para a execução das medidas constantes dos incisos IX e X correrão por conta dos tribunais regionais.

[...]

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AYRES BRITTO – PRESIDENTE E RELATOR. JOAQUIM BARBOSA. EROS GRAU. FELIX FISCHER. FERNANDO GONÇALVES. MARCELO RIBEIRO. HENRIQUE NEVES.

Brasília, 1º de outubro de 2008.

Intimação

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 135/2008.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 31.087 – CLASSE 32ª – MINAS GERAIS (JUIZ DE FORA).

RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER.

RECORRENTE: MARCOS AURÉLIO PASCHOALIN.

ADVOGADO: DR. RODOLPHO NORBERTO DE PAULO.

RECORRIDO: JOSÉ GERALDO GONÇALVES SOARES.

ADVOGADA: DRA. KALINE DE CASTRO SILVA.

PROTOCOLO: 30296/2008.

Fica intimado o recorrido, por sua advogada, para, querendo, no prazo de 3 (três) dias, apresentar contra-razões ao Recurso Extraordinário interposto nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 31.087.

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 133/2008.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 29456 – CLASSE 22ª - SÃO PAULO (CAMPO LIMPO PAULISTA).

RELATOR: MINISTRO FELIX FISCHER.

RECORRENTE: ABRÃO BRAGHETTO.

ADVOGADOS: JOÃO JAMPAULO JÚNIOR E OUTRA.

RECORRIDO: PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (PSOL) - MUNICIPAL.

ADVOGADO: VALTER ROBERTO ARMONAS.

PROTOCOLO: 29485/2008.

Fica intimado o recorrido, por seu advogado, para, querendo, no prazo de 3 (três) dias, apresentar contra-razões ao Recurso Extraordinário interposto nos autos do Recurso Especial Eleitoral nº 29.456.

Atas de Julgamento

ATAS DE JULGAMENTO

ATA DA 112ª SESSÃO, EM 22 DE SETEMBRO DE 2008

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência do Senhor Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, Eros Grau, Felix Fischer, Fernando Gonçalves, Caputo Bastos e Marcelo Ribeiro. Compareceu, também, o Senhor Ministro Arnaldo Versiani. Procurador-Geral Eleitoral o Dr. Antonio Fernando de Souza. Secretário, José Valmir Ferreira. Às dezenove horas e vinte minutos foi aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da 111ª sessão.

SAUDAÇÃO AO MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO (Presidente): Quero fazer uma saudação especialíssima ao Ministro Humberto Gomes de Barros, do STJ, que passou por aqui luminosamente e que hoje nos honra com sua presença. Pude testemunhar em Sua Excelência – por, pelo menos, dois anos, enquanto estivemos trabalhando juntos – a contribuição ímpar que deu às teses, às causas, às questões da Justiça Eleitoral durante o período em que atuou como representante do Superior Tribunal de Justiça. Receba o meu melhor abraço, Ministro, e a admiração de sempre.

JULGAMENTOS

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 284

ORIGEM: ITABORÁ-RJ (151ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES

AGRAVANTE: JORGE CÂNDIDO DE OLIVEIRA

ADVOGADOS: PAULO ANDRÉ DE TOLEDO E OUTROS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, desproveu o Agravo Regimental, nos termos do voto do Relator. Votaram com o Relator os Ministros Caputo Bastos, Marcelo Ribeiro, Joaquim Barbosa, Eros Grau e Felix Fischer.

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO Nº 1927

ORIGEM: JOINVILLE-SC (96ª ZONA ELEITORAL)

RELATOR: MINISTRO MARCELO RIBEIRO

AGRAVANTE: ANA REGINA CONRADT DE JESUS

ADVOGADA: FABIANA FIORINI THOMÉ